

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



# Inclusão social de migrantes e refugiados na Educação Superior

Alexandre Brasil Fonseca  
DIPES/SESu  
[alexandrebrasil@mec.gov.br](mailto:alexandrebrasil@mec.gov.br)

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO







## Ensino

### ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA

**22** IES com processo de **ingresso facilitado** para graduação e pós-graduação

↳ **18** por edital específico para pessoas refugiadas e/ou outras pessoas com necessidades de proteção internacional

**771** **vagas específicas** para pessoas refugiadas e solicitantes dessa condição em cursos de graduação

Distribuição de pessoas refugiadas e solicitantes dessa condição matriculadas nas IES

**470**  
graduação

**18**  
mestrado

**8**  
doutorado

### TEMA DO DESLOCAMENTO FORÇADO NAS IES

**200** disciplinas relacionadas ao tema ofertadas pelas IES

↳ **126** na graduação

↳ **74** na pós-graduação

**3.672** **alunos alcançados** por disciplinas ofertadas pela CSVm em suas grades curriculares

## Pesquisa

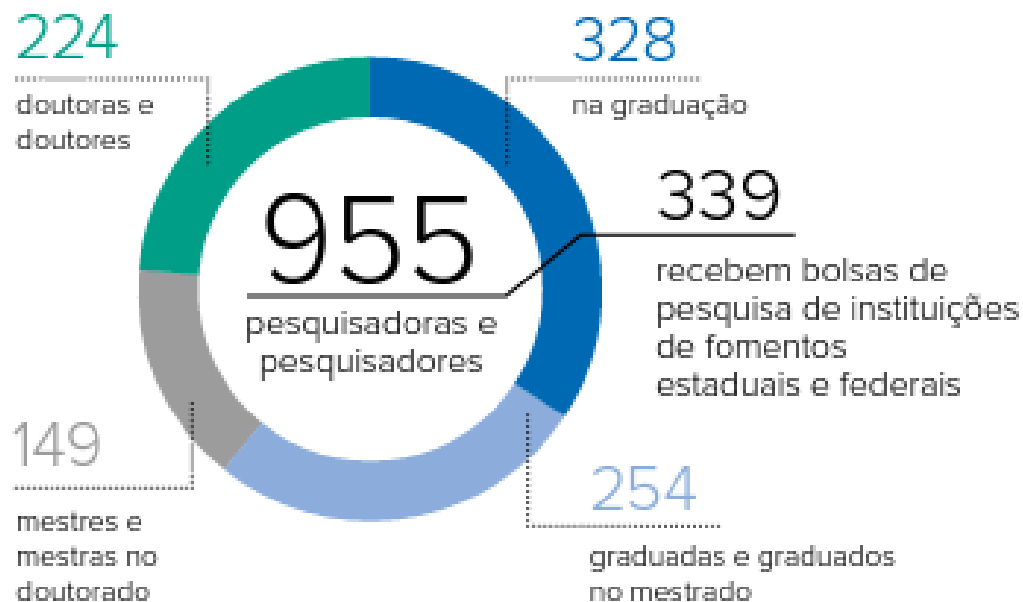
A CSVm motivou a criação  
ou manutenção de



grupos de pesquisa sobre  
deslocamento forçado  
ou temas relacionados

**LINHAS DE PESQUISA:** permeiam a  
questão de pessoas refugiadas,  
solicitantes da condição de  
refugiado e a migração em geral.

### COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS





**16** IES oferecem **serviços de saúde**  
**189** atendimentos

**SERVIÇOS:** acesso aos hospitais e clínicas mantidas pelas IES, serviços comunitários de atenção básica e odontológicos, atendimentos emergenciais e encaminhamentos voltados para a área de saúde.



**18** IES oferecem **serviços de saúde mental e apoio psicossocial**  
**90** atendimentos

Muitas vezes o encaminhamento é feito por organizações da sociedade civil que possuem o contato mais direto com pessoas refugiadas e solicitantes dessa condição. A CSVM é elemento fundamental desta rede de acolhida e apoio na integração e proteção desta população.



**25** IES oferecem  **cursos de português**  
**2.500** pessoas beneficiadas



**17** IES oferecem **serviço de assessoria jurídica**  
**+de 1.500** atendimentos



**13** IES oferecem **serviço de integração local**  
**+de 500** atendimentos

**SERVIÇOS:** informações sobre o ingresso no mercado formal de trabalho, direitos trabalhistas destinados à população refugiada, como emitir carteira de trabalho no Brasil, dentre outros.

	Bolsas de Estudo <sup>1</sup>	Auxílio Financeiro	Auxílio Alimentação <sup>2</sup>	Auxílio Moradia	Residência Estudantil
Puc-Minas	●				
PUC-Rio	●	◆	■		
UCS	●				
UEMS	●	◆	■	★	
UEPB	●	◆	■	★	▲
UFABC	●	◆	■	★	
UFAM			■		
UFBA	●	◆	■	★	
UFES	●	◆	■	★	
UFF	●	◆	■	★	▲
UFG	●	◆	■	★	▲
UFJF	●	◆	■	★	▲
UFMG	●	◆	■	★	▲
UFMS	●	◆	■	★	▲
UFPR	●	◆	■	★	▲
UFRR	●	◆	■	★	▲
UFSC	●	◆	■	★	▲
UFSM	●	◆	■	★	
UNICAMP	●	◆	■	★	▲
Unicuritiba	●				
UNIFESP	●	◆	■		▲
UNILA	●	◆	■	★	▲
UNISANTOS	●	◆			
UNIVALI					▲
UPF	●				
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>13</b>

**Permanência:**  
**Assistência Estudantil para**  
**migrantes e refugiados**

**Importância da aprovação da**  
**PNAES**

# Revalidação e reconhecimento de Diplomas





## Atores da Política

### CNE

- Dispor sobre normas referentes à revalidação de diplomas de graduação e reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu;
- Analisar recursos.

### CAPES

- Estabelecer orientações gerais e procedimentos relativos ao processo de reconhecimento de diplomas de pós- graduação stricto sensu.

### SESu/MEC

- Estabelecer orientações gerais e procedimentos relativos ao processo de revalidação de diplomas estrangeiros.
- Administrar o Portal e a Plataforma Carolina Bori.
- Gerir a Política Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros.

### Universidades

- Executar a Política Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros.
- Estabelecer orientações internas relativos ao processo de revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros.



# Portal e Plataforma Carolina Bori

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



- **Portal Carolina Bori:** Site que reúne informações para orientar e coordenar o processo de revalidação/reconhecimento de diplomas estrangeiros.



- **Plataforma Carolina Bori:** Lançada em 13/04/2017, é o sistema pelo qual os interessados podem cadastrar e enviar seus pedidos de revalidação e reconhecimento de diploma diretamente às universidades habilitadas.

# Acesso à Plataforma Carolina Bori

No que tange à Plataforma Carolina Bori, sistema utilizado para submissão de solicitação de revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros, cabe informar que pessoas estrangeiras que não possuam CPF também podem acessá-la. Por meio do link <https://plataformacarolinabori.mec.gov.br/usuario/acesso#> é disponibilizado cadastro, incluindo a opção “Estrangeiro sem CPF”.

**Plataforma Carolina Bori**  
Sistema Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas

**Plataforma Carolina Bori**

A Plataforma Carolina Bori encontra-se disponível para receber pedidos de Revalidação e/ou Reconhecimento de diploma estrangeiro. Recomendamos a leitura cuidadosa da Portaria Normativa nº22/2016 do MEC, que dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e do reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. Orientamos também a leitura atenta das Itens do Portal Carolina Bori (<https://carolinabori.mec.gov.br/>), pois lá poderá obter informações adicionais, legislação, prazos e perguntas frequentes, etc.

A plataforma Carolina Bori é um sistema informatizado criado pelo Ministério da Educação (MEC) e CAPES, para gestão e controle de processos de Revalidação e Reconhecimento de diplomas estrangeiros no Brasil.

Esta plataforma reúne instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas que, por adesão, oferecem as informações necessárias para que os requerentes (diplomados) solicitem a Revalidação ou o Reconhecimento dos seus diplomas estrangeiros.

A plataforma facilita a gestão e o controle do fluxo dos processos de revalidação/reconhecimento, além de maior interatividade entre as partes interessadas.

Por meio da plataforma, a IES oferece ao requerente as seguintes informações: documentação exigida, cursos e programas ofertados, capacidade de atendimento simultâneo e valores das taxas para prestação de serviços. Dessa modo, o requerente pode escolher a instituição na qual solicitar a revalidação de diploma para os cursos de graduação e/ou reconhecimento de diploma de Mestrado ou de Doutorado stricto sensu.

À medida que o sistema esteja operativo, a plataforma Carolina Bori constituirá um Banco de Dados que oferecerá aos requerentes a informação a respeito das IES que já revalidaram diplomas de cursos similares aos seus. A plataforma alarga igualmente um conjunto de instituições que fazem parte de Acordos internacionais e cujos cursos devem ser objeto de processos de tramitação simplificada.

Para além de um sistema facilitador do trabalho de gestão do processo para os requerentes (diplomados) e as IES, a plataforma reunirá um banco de dados com informações relevantes para o estabelecimento de políticas de internacionalização da educação superior brasileira, contribuindo para o atingimento das estratégias 14.9 e 14.10 da meta 14 do Plano Nacional de Educação. Nesse sentido, mesmo aquelas IES que não fizerem adesão à plataforma, pretensão manter, com regularidade, informações referentes aos processos efetivados em sua instituição.

Sejam bem-vindos!

Já sou cadastrado

Entrar com Google

Entrar com CPF

A forma de acesso mudou. Clique aqui para saber como acessar

Solicitar acesso

Solicitar Acesso

Solicitar Acesso Requerente Estrangeiro (SEM CPF)

Ministério da Educação

**Plataforma Carolina Bori**  
Sistema Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas

Requisitos mínimos: Navegador: Internet Explorer 9.0 (ou superior), Mozilla Firefox 3.0 (ou superior)

# Acesso à Plataforma Carolina Bori

Ao clicar na referida opção, o requerente será encaminhado para a página de cadastro, onde deve preencher os campos de documentos voltados a estrangeiros sem CPF.

Plataforma Carolina Bori

Sistema Nacional de Recuperação e Reconhecimento de Diplomas

Cadastrar Requerente Estrangeiro

Nº DPBMS:

Nº RNIA/RNE:

Nº Passaporte:

Outro Documento de Identidade:

Nº Outro Documento de Identidade:

\* Nome Completo:

\* Sexo:

\* E-mail:

\* Telefone Celular:

\* CEP:

\* Número:

\* UF:

Complemento:

\* País de Nascimento:

\* Cadastro a sua senha:

(padrão: 8 caracteres alfa numéricos e 2 especiais)

Validade do DPBMS:

Validade do RNIA/RNE:

País Expedidor:

País Expedidor:

Validade do Passaporte:

Validade do Documento de Identidade:

\* Data de Nascimento:

\* Confirme o seu e-mail:

Telefone Residencial:

\* Endereço:

\* Bairro:

\* Município:

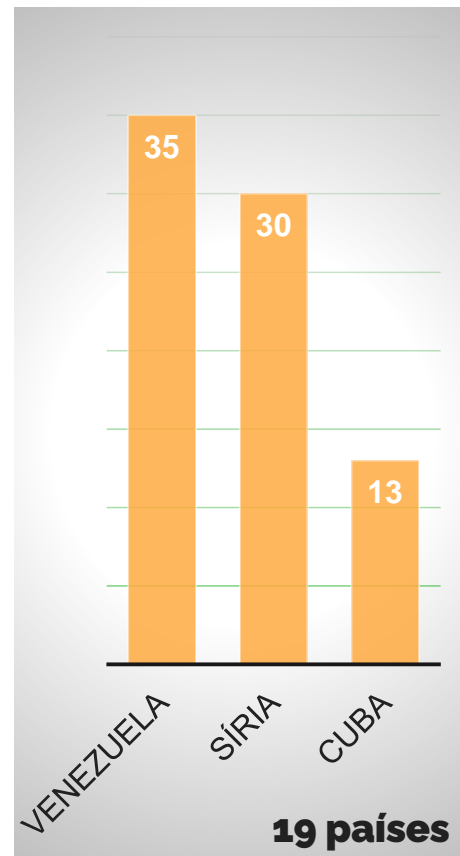
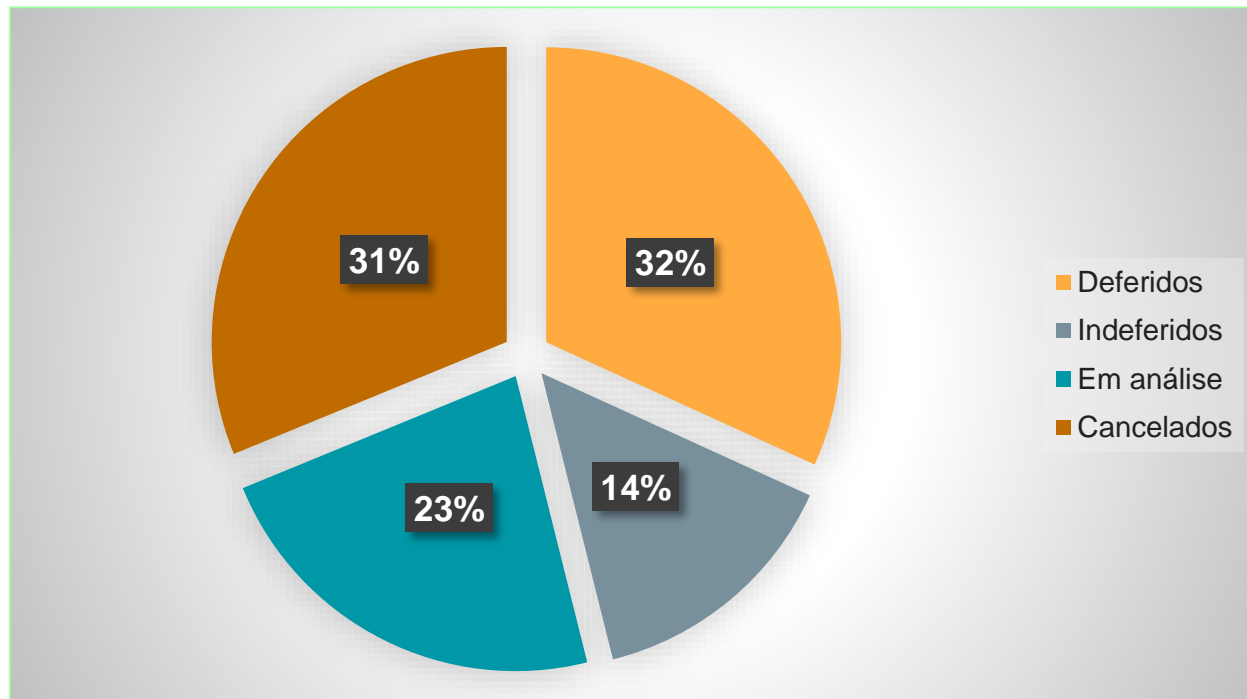
\* País de Cidadania:

\* Confirme a sua senha:

**Termo de Veracidade**

# 154 solicitações – junho de 2023

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



# Política Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros no Brasil

## Arcabouço Legal

- ❑ Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB.
  - ❑ Art. 48 Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.
    - ❑ (...)
    - ❑ § 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.
    - ❑ § 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

# Política Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros no Brasil

- ❑ [Resolução CNE nº 1, de 25 de julho de 2022:](#) normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.
- ❑ [Portaria MEC nº 1.151, de 19 de junho de 2023:](#) Dispõe sobre a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos de ensino superior estrangeiros e dá outras providências

# Resolução CNE/CES 01/2022

Em relação a pessoas em situação de refúgio que não possuam a documentação prevista em referido artigo, a Resolução do CNE/CES nº 1/2022, estabelece no §3º do art. 8º que:

**Art. 8º** O processo de que trata o artigo anterior poderá ser substituído ou complementado pela aplicação de provas ou exames, abrangentes ao conjunto de conhecimentos, conteúdos e habilidades relativo ao curso completo ou dedicado à etapa ou período do curso, ou, ainda, à disciplina específica ou atividade(s) acadêmica(s) obrigatória(s)

(...)

**§ 3º** Refugiados estrangeiros no Brasil que não estejam de posse da documentação requerida para a revalidação, nos termos desta Resolução, migrantes indocumentados e outros casos justificados e instruídos por legislação ou norma específica, poderão ser submetidos à prova de conhecimentos, conteúdos e habilidades relativas ao curso completo, como forma exclusiva de avaliação destinada ao processo de revalidação.



# Portaria nº 1.151/2023

Orientações adicionais no que se refere ao atendimento a pessoas refugiadas, migrantes indocumentadas e de acolhida humanitária.

**Art. 10. O requerente estrangeiro reconhecido como refugiado deverá apresentar a Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM e o Cadastro de Pessoa Física - CPF.**

Parágrafo único. O estrangeiro solicitante de refúgio que ainda aguarda decisão do Comitê Nacional para os Refugiados do Ministério da Justiça - Conare/MJ deverá apresentar o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório ou o protocolo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado.

**Art. 20. Refugiados no Brasil, migrantes indocumentados e de acolhida humanitária e outros casos justificados e instruídos por legislação ou norma específica, que não estejam de posse da documentação requerida para a revalidação, nos termos desta Portaria, poderão ser submetidos à prova de conhecimentos, conteúdos e habilidades relativas ao curso completo, como forma exclusiva de avaliação destinada ao processo de revalidação.**

Parágrafo único. Para auxiliar a comprovação da sua formação acadêmica ou experiência profissional, a instituição revalidadora também poderá aceitar depoimento pessoal sobre sua formação acadêmica e experiência profissional, indicação de colegas de turma que tenham obtido o mesmo diploma, indicação de professores que possam prestar informações sobre seu desempenho acadêmico, indicações de pessoas ou empresas com as quais tenha trabalhado que possam fornecer informações sobre seu desempenho profissional na área de formação e demais documentos.

# Portaria nº 1.151/2023

**Art. 37.** Em caso de deferimento integral ou cumpridas as condições do deferimento parcial, o diploma revalidado deverá ser apostilado e seu termo de apostila assinado pelo dirigente da universidade revalidadora, observando-se, no que couber, a legislação brasileira.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput, o requerente deverá apresentar toda a documentação original que subsidiou o processo de análise e entregar o diploma original aos cuidados da instituição revalidadora para o seu apostilamento.

§ 2º A instituição revalidadora deverá realizar o apostilamento da revalidação do diploma em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos documentos originais.

**§ 3º Para refugiados, apátridas, beneficiários de acolhida humanitária e imigrantes indocumentados, a instituição revalidadora, no uso de sua autonomia, poderá expedir Certificado de Revalidação de Diploma contendo os termos da apostila, quando da impossibilidade de apostilamento do diploma original.**

# Secretaria de Educação Superior

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



**Grato pela  
atenção!**